

Retrospectiva 2012 Justiça Militar (24 01 13) (480p, h264)

Transcribed by [TurboScribe.ai](#). [Go Unlimited](#) to remove this message.

2012 foi um ano em que o Superior Tribunal Militar julgou muitos processos relacionados ao controle do tráfego aéreo brasileiro e a ocupação dos morros cariocas pelas Forças da Paz. Veja na retrospectiva de hoje. O ano de 2012 foi marcado por julgamentos importantes de casos que comprometeram o tráfego aéreo no Brasil.

Em fevereiro, o Superior Tribunal Militar manteve a condenação de um sargento da aeronáutica denunciado por homicídio culposo pelo choque entre uma aeronave da Gol e o jato Legacy em setembro de 2006, que matou 154 pessoas. O plenário considerou que o sargento contribuiu direta e indiretamente para a tragédia. Ele foi condenado a um ano e dois meses de prisão.

Em maio, o STM negou um novo recurso do sargento e confirmou a sentença. A primeira instância da Justiça Militar da União também analisou um caso relacionado ao tráfego aéreo em outubro. A Auditoria Militar de Curitiba condenou oito militares da aeronáutica a quatro anos de reclusão pelo apagão aéreo em 2007.

Eles ocupavam as funções de supervisores dos demais controladores de voo e foram denunciados por terem se negado a obedecer as ordens do comandante do Sindacta 2 para não interromper o controle aéreo quando receberam a notícia de que os demais controladores de Brasília haviam paralisado as atividades. O crime cometido foi de motim e ainda cabe recurso ao Superior Tribunal Militar. Outro destaque do ano de 2012 no Superior Tribunal Militar foi o julgamento de vários recursos de crimes ocorridos nos morros cariocas ocupados por forças de pacificação.

A grande maioria dos crimes foi de desacato e desobediência cometidos por civis durante revistas e rotinas realizadas por militares do Exército. Mas também houve casos de violência e de tentativas de homicídio contra militares. O STM também julgou alguns casos de crimes cometidos por militares contra os moradores dos morros.

Normalmente é quando eles se recusam a ser revistados, eles se recusam a se identificar, eles se recusam a dar algum tipo de satisfação para os soldados que estão ali, são pessoas jovens, mas que estão ali cumprindo uma missão legal e constitucional que foi a eles atribuída. Então normalmente eles acham que eles são os donos do morro e que eles não tentam dar satisfação ao Estado. E o que as tropas de ocupação fizeram foi justamente mostrar a eles que o Estado existe, que o Estado tem autoridade sobre eles, como tem autoridade sobre todos os cidadãos, mas que em contrapartida também tem muito o que oferecer, que é a paz e a segurança.

O segundo semestre ficou marcado pelo investimento do STM em capacitação da magistratura militar. No encontro de magistrados da Justiça Militar da União, realizado

em agosto, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, militares e advogados discutiram as atividades da Justiça Criminal Especializada. Já em novembro, o curso sobre o papel do Poder Judiciário na segurança de voo foi organizado para auxiliar os juízes a julgarem os casos de acidentes aéreos de forma mais eficiente, além de facilitar o debate sobre as ações preventivas que a Justiça pode implementar para evitar tragédias aéreas.

Em relação à segurança do controle do espaço aéreo, que seria o controle das aeronaves, o Poder Judiciário tem muito a contribuir, principalmente no controle do uso do solo, construções de prédios, aterros sanitários, que acabam interferindo muito na segurança do controle do espaço aéreo. O ano também foi marcado por despedidas e posses. Em 2012, tomou posse a primeira mulher para o cargo de Corregedora da Justiça Militar da União.

A juíza auditora Eli Ribeiro de Brito elegeu a integração entre as 19 auditorias militares do país como prioridade de sua gestão. No mês de outubro, o ministro Francisco José da Silva Fernandes se despediu do tribunal depois de cinco anos. Em seu lugar, o ministro Lúcio Mário de Barros Góes assumiu uma das quatro cadeiras destinadas a generais de exército em dezembro.

Durante todo o ano, a Justiça Militar Federal trabalhou na elaboração do novo planejamento estratégico da instituição para os próximos seis anos. O trabalho envolveu todos os servidores e a sociedade que foi convidada a responder consultas públicas sobre a atuação da Justiça Militar. O resultado foi a definição de metas a serem cumpridas até 2018.

Ele tem o crivo da sociedade dentro daquilo que se esperava conseguir nesse trabalho de nove meses e que vai perdurar nos próximos seis anos, dirigindo e orientando todos os objetivos e todas as iniciativas da Justiça Militar em prol da serenidade, em prol da transparência, em prol da eficiência e da eficácia dos trabalhos executados por ministros e juízes da Justiça Militar da União. As metas do planejamento estratégico buscam atender os objetivos definidos durante a elaboração do plano. Três objetivos principais irão orientar o início da execução do ano de 2013.

São eles, contribuição para a justiça, equidade e paz social, contribuição para preservar a hierarquia e disciplina das Forças Armadas, concorrendo para a segurança e defesa do país, prestação judiciária de qualidade e moderna. Além de todo o trabalho para começar e pôr em prática o planejamento estratégico da Justiça Militar da União o ano de 2013, também será marcado por julgamentos importantes. Nos próximos meses, começa a ser analisado na Auditoria Militar de Brasília o processo do incêndio que destruiu a base de pesquisas da Marinha na Antártida.

Transcribed by [TurboScribe.ai](#). [Go Unlimited](#) to remove this message.